

“Só se ouve falar em guerra, necessidade de soldados, de ordens apertadas”: o recrutamento e a designação de trabalhadores livres na província de São Paulo durante a guerra do Paraguai

Paulo Rodrigues de Andrade
paulinho31@gmail.com

Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo

Resumo: O artigo analisa o recrutamento para o Exército e a designação para a Guarda Nacional, de trabalhadores brasileiros livres na província de São Paulo, no período da Guerra do Paraguai. Tema esquecido pela historiografia, o recrutamento militar de trabalhadores na Província teve reflexos diretos nas relações de trabalho, quando com o início da guerra vários trabalhadores se viram ameaçados e tantos outros acabaram sendo recrutados, apesar de isenções legais que muitos deles possuíam.

Palavras-chave: Trabalhadores livres; Província de São Paulo; Guerra do Paraguai.

"We only hear of war, the need for soldiers, of tight orders": the recruitment and designation of free workers in the province of São Paulo during the Paraguayan War

Abstract: The article analyzes the recruitment for the Army and the designation for the National Guard of free Brazilian workers in the province of São Paulo in the period of the War of Paraguay. A forgotten subject for historiography, military recruitment of workers in the Province had direct repercussions on labor relations, when with the beginning of the war several workers were threatened and many others were recruited, despite legal exemptions that many of them had.

Keywords: Free workers; Province of São Paulo; War of Paraguay.

Introdução

Em artigo que aborda o recrutamento para a Guerra do Paraguai na Bahia, Hendrik Kraay observa que as Instruções de 1822, ao indicar quem eram os homens recrutáveis e os isentos do recrutamento militar, tinham como intenção “proteger os que eram percebidos como essenciais à sociedade e a economia”.⁴⁶⁰ Entre os “essenciais” com direito a isenção havia uma miríade de ofícios profissionais, arrimos de família e outras condições sociais: feitores e administradores de fazendas, boiadeiros, tropeiros, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores, “mestres de ofícios com loja aberta”, homens casados, filho único de lavrador/viúva e irmão responsável por órfão. Os demais, “homens brancos solteiros, e ainda pardos libertos” na faixa etária entre 18 e 35 anos compunham a classe dos recrutáveis para as tropas de linha.⁴⁶¹ Entretanto, as Instruções de 1822 também estipulavam que para ter direito as isenções os indivíduos deveriam exercer efetivamente seus ofícios e apresentar um comportamento ordeiro. A cláusula que trazia essa ressalva deixava às autoridades encarregadas do recrutamento muito a vontade para interpretar a lei ao bel-prazer. Para Kraay esse sistema de recrutamento teria criado “um consenso surpreendente”, que da perspectiva do Estado imperial “deveria fornecer um número, mínimo de soldados” e ao mesmo tempo não sobrecarregar “às forças produtivas da sociedade”, funcionando assim como forma de “controle social e instrumento de coerção do trabalho”, buscando manter certa “aparência de equidade”.⁴⁶²

Entrementes, ainda de acordo com Kraay, com a Guerra do Paraguai esse consenso social em torno do sistema de recrutamento vigente sofreu sérios abalos, causando fissuras nas relações paternalistas/clientelistas, com os “pobres honrados” não podendo mais contar como antes com o auxílio de seus protetores contra os agentes recrutadores. Marcelo Balaban também abordou como “o delicado equilíbrio daquele mundo”, com o advento da guerra “entrou em colapso” afetando a vida dos brasileiros, quando os “grandes e pequenos interesses” foram postos em cheque no momento em que o Estado imperial necessitou de

⁴⁶⁰ KRAAY, Hendrik. “Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial”. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 1, 1999, p. 113-151. Disponível: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=291>. Acesso: 05/06/2015.

⁴⁶¹ *Collecção das Decisões do Governo do Império do Brazil em 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1887, p. 57.

⁴⁶² KRAAY, op. cit., p. 113-151.

soldados para vencer o conflito armado. Esse processo, que em seu bojo desembocou em inúmeras arbitrariedades e ilegalidades na extração de recrutas para derrotar as tropas de Solano Lopes, seria revelador das “deficiências de um Estado incapaz de fazer valer suas prerrogativas, um Estado refém das necessidades e demandas privadas das suas próprias autoridades”.⁴⁶³ Tratando do Rio de Janeiro, Vitor Izecksohn destaca que a situação na capital do Império expressava um problema de todo o país, que surgia toda vez que o Estado necessitava recrutar um número maior de homens para o Exército e a Marinha, ou seja, “o fracasso da autoridade central na tarefa de estabelecer o controle sobre os meios da violência”. E esse problema era agravado em período de guerra, quando as tensões entre a Corte e as províncias poderiam se intensificar, notadamente quando a conscrição passava a atingir os indivíduos geralmente isentos do serviço militar, como no caso dos integrantes da Guarda Nacional (doravante GN).⁴⁶⁴

Dentro da incapacidade do Estado imperial de impor as suas prerrogativas e de ter o monopólio dos meios da violência, Fábio Mendes argumenta que um “fator decisivo” na atividade do recrutamento teria sido “o uso do dinheiro”. Isso explicaria, ao menos em parte, as arbitrariedades dos agentes recrutadores, que de “tão temidos, deviam sua particular voracidade à peculiar estrutura de incentivos a que estavam sujeitos, sendo renumerados por ‘peça’, à base de 4\$ por recruta e 6\$ por voluntário”.⁴⁶⁵ Apesar da voracidade desses agentes, Balaban indica que as autoridades tinham “uma manifesta intenção” de agir na atividade do recrutamento forçado em observância a legislação. Entretanto, isso era difícil de ser praticado

⁴⁶³ BALABAN. Marcelo. “‘Voluntários Involuntários’: o recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2, 2009, p. 221-256. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p221>. Acesso: 05/06/2015.

⁴⁶⁴ IZECKSOHN. Vitor. “O Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”, in: CASTRO. Celso; IZECKSOHN. Vitor; KRAAY. Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV. 2004, p. 204. Com a criação dos corpos de Voluntários da Pátria, pelo decreto 3371 de 07/01/1865, foi estabelecida a possibilidade dos guardas nacionais serem recrutados para a Guerra do Paraguai. A Guarda Nacional foi criada em 1831 “para defender a Constituição, a integridade e a independência do Império”, era a “promotora da ordem pública, reprimia insurreições e rebeliões escravas”. No auxílio as tropa de linha do Exército, a Guarda não podia ultrapassar as fronteiras do Império, “entrave constitucional” contornado pelo mencionado decreto. SOUSA. Jorge Prata. *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA. 1996, p. 58. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>.

⁴⁶⁵ MENDES. Fábio Faria. *Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argymentvm. 2010, p. 65.

em tempo de guerra, tendo em vista que se o recrutamento fosse feito estritamente conforme a lei criaria um sério entrave a ação do Governo na obtenção de soldados.⁴⁶⁶

No caso de São Paulo, já no início de 1865, as “ordens apertadas” corriam soltas na Província. Em janeiro o presidente em correspondência com delegados e subdelegados, alegando “indeclinável necessidade, à vista das circunstâncias extraordinárias do Estado”, mandava àquelas autoridades aplicar “o maior empenho e atividade ao recrutamento para o Exército e Armada, enviando o maior número de recrutas que for possível”.⁴⁶⁷ Desse momento em diante a atividade do recrutamento conhece notável recrudescimento: “Proceda ao recrutamento em larga escala, como exigem as circunstâncias anormais em que se acha o país”. Assim, escrevia em circular o presidente da Província aos encarregados da polícia, em agosto de 1865, esperando dos seus subordinados “toda a possível brevidade e energia a fim de remeter com a urgência que as circunstâncias reclamam o maior número de recrutas, que poder obter”. Após a pressão colocada sobre os delegados e subdelegados, João da Silva Carrão fazia lembrar a necessidade de conciliar a agilidade no recrutamento “com a precisa discrição e prudência, de modo que não sejam presos os cidadãos que estejam legalmente isentos”.⁴⁶⁸ A questão, a saber, era como nessas circunstâncias “extraordinárias” e “anormais” a rede de recrutamento local iria conciliar o alistamento em massa de recrutas exigido pelo Governo central, sem desrespeitar as isenções legais.

Noutra circular, enviada ao subdelegado de Araraquara, em fevereiro de 1865, já depois do decreto 3.371 de 07/01/1865 que possibilitava o recrutamento de guardas nacionais, o presidente pedia para “recrutar para o serviço do Exército os guardas nacionais que, sendo solteiros, vadios, mal casados ou turbulentos, estiverem no caso de servir no mesmo Exército”.⁴⁶⁹ Tratando da “economia moral do recrutamento”, Fábio Mendes indica que avaliações como “público adultério”, “público concubinato”, “vadio de profissão”, “mau comportamento” ente outras, jogam luzes sobre os “mecanismos de tradução local” que regiam o recrutamento e que conformavam um “conjunto de ‘regras não escritas’” sobrepostas às Instruções de 1822.⁴⁷⁰

⁴⁶⁶ BALABAN, op. cit., p. 221-256.

⁴⁶⁷ Correspondência com Delegados - Subdelegados (1862-1865), ordem E00496, 05/01/1865. Arquivo Público do Estado de São Paulo (doravante APESP).

⁴⁶⁸ Correspondência com Delegados - Subdelegados (1865-1866), ordem E00906, 17/08/1865. APESP.

⁴⁶⁹ Correspondência com Delegados - Subdelegados (1862-1865), ordem E00496, 15/02/1865. APESP.

⁴⁷⁰ MENDES, op. cit., p. 74.

Com o acirramento do conflito armado os pobres “honrados” da Província, os vistos como essenciais a sociedade e a economia que possuíam um ofício ou uma atividade regular, passaram a sofrer com a ação do recrutamento para o Exército e a designação para a GN. Conforme o conflito exigia cada vez maior número de soldados, passado o primeiro ano da guerra, em razão do seu prolongamento, o programa do voluntariado degrading, mal podendo “encobrir a conscrição forçada, levando, na passagem para a ofensiva estratégica, ao abandono desse recurso”.⁴⁷¹ Assim, muitos trabalhadores livres da província paulista começaram a sentir o peso da Guerra do Paraguai. Vítor Izeckson e Miquéias Mugge, em artigo recente analisando a formação do Terceiro Corpo do Exército no Rio Grande do Sul, observam que já nos meses iniciais de 1865, membros da GN passaram “a ser constantemente ‘qualificados’ e transferidos para o *front*”.⁴⁷² Veremos, pelo exemplo de São Paulo, que muitos desses qualificados eram trabalhadores que possuíam isenções legais.

O subsequente crescimento das caçadas humanas, como sintomaticamente ficaram conhecidas as ações de recrutamento, “não constituíram apenas fator de insegurança geral, mas acabaram por afetar de forma duradoura as relações de trabalho”,⁴⁷³ conforme salientou Sérgio Buarque de Holanda. A despeito disso, a historiografia brasileira relativa à Guerra do Paraguai tem negligenciado o impacto do maior conflito bélico Sul-americano sobre as relações de trabalho, sobre os mundos do trabalho e dos trabalhadores. É precisamente nessa lacuna que o artigo se insere numa tentativa de contribuição com a historiografia da Guerra do Paraguai e quiçá dos trabalhadores livres do período. Para isso, lanço mão de uma documentação variada onde esses sujeitos puderam ser localizados, como ofícios diversos do Governo provincial, periódicos da capital - *Correio Paulistano* e *Diario de S. Paulo* - e atas da Câmara Municipal de São Paulo. A ortografia da documentação foi atualizada.

⁴⁷¹ COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Unicamp 1996, p. 242.

⁴⁷² IZECKSOHN. Vítor; MUGGE. Miquéias Henrique. “A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867)”. *Rev. Bras. Hist.* São Paulo, v. 36, n. 73, set-dez 2016, p. 183-207. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820160003&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 18/01/2017.

⁴⁷³ HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. Organização Fernando Antonio Novais. São Paulo: Companhia das Letras. 2010, p. 193.

Recrutamento de trabalhadores da esfera particular

Trabalhadores livres de todos os ramos de atividade do período, muitos sendo arrimos de família ou casados, sofreram com o assédio da rede do recrutamento da Província: “Na freguesia de Juqueri foi recrutado um trabalhador de uma fábrica de algodão da Terra Preta, o qual é filho único e sustenta sua mãe, e quatro irmãs solteiras”.⁴⁷⁴ Já o escrivão da subdelegacia da Freguesia do Brás prendeu e remeteu ao quartel um guarda nacional que “pertence à reserva, é casado, tem cinco filhos menores e vive de lavoura”.⁴⁷⁵ Dentre os trabalhadores que eram recrutados legal ou ilegalmente na imperial cidade de São Paulo, os carroceiros que percorriam as ruas vendendo produtos de primeira necessidade eram particularmente vulneráveis de serem apanhados pelas teias dos agentes recrutadores. Tentando evitar esse mal o Governo local fez publicar aviso no *Correio Paulistano* em 1865:

Conforme se vê do ofício que publicamos em lugar competente, não podem ser recrutadas aquelas pessoas que entrarem na cidade com o fim de vender gêneros de primeira necessidade para consumo dos habitantes da capital. Assim os indivíduos que trouxerem lenha, viveres e outros quaisquer objetos nessas condições, estão isentos do recrutamento.⁴⁷⁶

A publicação do aviso informando do ofício parece ser indício suficiente de que pequenos sitianteiros e roceiros, que com suas carroças comercializavam gêneros de primeira necessidade, estavam sendo recrutados, causando um possível problema de abastecimento que deveria atingir principalmente a população do núcleo urbano. Esse problema de abastecimento relacionado ao recrutamento não atingia apenas a capital, escrevendo de Amparo um cidadão chamava atenção para a questão da carestia naquela vila em decorrência da fuga de homens:

Amparo, 8 de Fevereiro de 1865. Senhor Redator – Venho dar notícias desta vila. O recrutamento tem causado um grande abalo no animo desta população: *só se ouve falar em guerra, necessidade de soldados, de ordens apertadas* às autoridades para o recrutamento ser feito em maior escala etc etc, os nossos homens andam assustados, e acham que o melhor é internarem-se nos matos; poucos vêm ao

⁴⁷⁴ *Diario de S. Paulo*, São Paulo, 19/09/1867, p. 3. Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (doravante HDBN). Acesso: 24-30/11/2016.

⁴⁷⁵ *Diario de S. Paulo*, São Paulo, 18/04/1867, p. 2. HDBN.

⁴⁷⁶ *Correio Paulistano*, São Paulo, 12/01/1865, p. 1. HDBN.

povoado, e a consequência é que há carestia de gêneros de primeira necessidade, sendo os poucos que aparecem comprados por preços elevados.⁴⁷⁷

Mesmo após o comunicado do Governo em janeiro 1865, reforçando o ofício que dava isenção do recrutamento aos carroceiros que adentravam a capital da Província para vender gêneros de primeira necessidade para o consumo dos seus moradores, foram frequentes as reclamações na imprensa de recrutamento forçado sofrido por eles. Como em dois episódios denunciados num mesmo dia em 1867:

Começam as bárbaras cenas de um recrutamento infrene: ontem de manhã um carreiro trazia uma carrada de lenha para vender nesta cidade: no largo da Cadeia foi assaltado pelos agentes do recrutamento, e porque teve a ousadia de correr e esconder-se no corredor de uma casa, foi dali arrancado a murros e pescoções. O carro e bois lá ficaram no largo abandonados até que horas do dia.[...] Também na estrada da cidade do lado da estrada de Santos um outro carreiro foi atropelado por gente a cavalo para prendê-lo; este logrou fugir. Viva a administração!⁴⁷⁸

Como forma de evitar a caçada humana, carroceiros chegaram a utilizar como tática o emprego de mulheres, quem sabe esposas, filhas ou parentes para fazer a venda de produtos nas ruas da capital, como a lenha, à época indispensável na feitura das refeições: “Estamos ameaçados de fome. Não entram cargueiros na cidade, porque, com razão, temem o brutal recrutamento, em que não há isenção possível. Já no sábado passado, não apareceram se não quatro a cinco carros de madeiras, alguns dos quais conduzidos por mulheres”.⁴⁷⁹ No caso de alguns desses carroceiros recrutados pelos temidos e resolutos agentes recrutadores, a ilegalidade podia ser ainda maior, porque além da isenção estipulada pelo Governo provincial (conforme aviso no *Correio Paulistano*), por fazerem parte de uma atividade indispensável ao abastecimento da população, eles poderiam ter alguma outra isenção (conforme as Instruções de 1822) ou quiçá, já terem contribuído com o imposto de sangue à nação: “foi ontem agarrado na Rua de São Gonçalo um carreiro de nome Gabriel para o serviço da guerra; dando-se a circunstância de ser um homem que já serviu no exército seis anos, tendo afinal recebido baixa”. Para o *Correio Paulistano* as repetições desses fatos serviam apenas para

⁴⁷⁷ *Correio Paulistano*, São Paulo, 25/02/1865, p. 3. HDBN (grifos meus).

⁴⁷⁸ *Correio Paulistano*, São Paulo, 25/04/1867, p. 1. HDBN.

⁴⁷⁹ *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 21/11/1866, p. 3. HDBN

“desmoralizar por uma vez as autoridades, e ao mesmo tempo trazer aos habitantes da cidade a penúria de viveres e de outros objetos de primeira necessidade, fornecidos por esses que são de todos os lados perseguidos”. O periódico, em abril de 1867, encerrava sua crítica à administração provincial com uma interrogação: “Quando haverá um paradeiro a tudo isto?”.⁴⁸⁰ Enquanto a guerra necessitasse de homens, a caçada humana, que atingia de forma implacável os carroceiros e outros trabalhadores nas ruas da capital e seus arrabaldes, assim como em outras cidades e vilas da Província, se estenderia por mais tempo.

Tropeiros que atravessavam a Província no comércio intra e interprovincial eram igualmente presas fáceis dos agentes recrutadores: “Na cidade de Mogi Mirim os agentes recrutadores tem cometido toda a sorte de desatinos. Tropeiros e carreiros foram recrutados, sendo forçados a deixar nas estradas, ao desamparo as cargas que conduzem”.⁴⁸¹ O tropeiro Paulino de tal, “casado e com dois filhos”, acabou “preso como recruta” no exato memento em que “vinha com tropa, da Cotia para esta capital”, sendo ele “agarrado no pouso de Pinheiros, a uma légua desta cidade, pelos agentes recrutadores do sr. Tavares Bastos”.⁴⁸² Da mesma forma, foi recrutado na Terra Preta “um camarada que vinha com uma tropa da freguesia de Santa Rita”. Para o *Diário de S. Paulo*, numa crítica dura ao presidente liberal progressista José Tavares Bastos, “o agarrador de gente ainda não está satisfeito com o título de conselheiro: as suas ambições de *honras* não são tão *pequenas* como a sua pessoa”.⁴⁸³

Nos estertores da gestão de Tavares Bastos à frente da Província, o *Correio Paulistano* igualmente tecia críticas ao *modus operandi* de sua administração no tocante ao recrutamento militar. Observou o jornal que em meio aos “oficiais que com escoltas” o presidente teria mandado “espalhar pelas estradas em diversas direções, para recrutar a esmo”, andava pela estrada de Santo Amaro um alferes que conseguiu capturar apenas “um pobre homem, tropeiro de Itapetininga, maior de 40 anos, casado e com filhos”. Como milhares de outros trabalhadores que sofreram o mesmo infortúnio, o *Correio* completava:

⁴⁸⁰ *Correio Paulistano*, São Paulo, 27/04/1867, p. 1. HDBN.

⁴⁸¹ *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 20/12/1866, p. 3. HDBN.

⁴⁸² *Correio Paulistano*, São Paulo, 02/10/1867, p. 1. HDBN.

⁴⁸³ *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 19/09/1867, p. 3. HDBN. (grifos originais). A gestão de Tavares Bastos teve início em 08/11/1866 e se encerrou em 12/10/1867. EGAS. Eugenio. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo, Período Monárquico, 1822-1889*. V. 1. São Paulo: Publicação Oficial do Estado de São Paulo. 1926. O Partido Progressista teve vida curta, surgiu em 1864 e foi dissolvido em 1868, com a queda do gabinete Zacarias de Góis e Vasconcelos. CARVALHO. José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, p. 205.

“Este infeliz, longe do lugar de sua residência, há de ser, como tantos outros, remetido para o teatro da guerra, sem se lhe conceder tempo para provar as suas isenções”.⁴⁸⁴ Tendo em vista que pelas instruções de 1822, o “pobre homem” era isento do recrutamento por ser tropeiro, por ter mais de 35 anos de idade e por ser casado, de nada lhe valeu essa tripla isenção.

Para se ter uma ideia da dimensão alcançada pela captura de trabalhadores, até mesmo tropeiros empregados no problemático serviço de logística da Guerra do Paraguai correram risco de recrutamento e designação. Uma determinação do próprio imperador ao presidente da Província mandava “dispensar do recrutamento e do serviço da Guarda Nacional, camaradas e mais gente empregada na tropa de Joaquim Alves Ferreira encarregado de conduzir para Mato Grosso os artigos bélicos destinados a essa Província”,⁴⁸⁵ que era palco de batalhas na guerra.

Comerciantes de certo cabedal ou seus empregados podiam igualmente ser recrutados, como ocorreu com Custodio José Dias “negociante matriculado no tribunal do comércio do Rio de Janeiro, e domiciliado em Caldas, província de Minas Gerais”. José Dias foi recrutado mesmo sendo “maior de 46 anos” e tendo oferecido “para a guerra dois escravos e dois voluntários da pátria”.⁴⁸⁶ Já o negociante italiano Francisco Vita requisitou ao Governo “a soltura de dois recrutas, que foram presos em Amparo, no lugar chamado Ribeirão, no mesmo momento em que carregavam a tropa”. Vita protestou junto a um ministro na Corte, em razão das “perdas e danos que sofreu e ainda sofre, pois que confiava na fiel execução das instruções de 10 de Julho de 1822, que isentam do recrutamento os tropeiros”.⁴⁸⁷ Negociante na capital paulista, Malaquias Rogério de Salles Guerra teve um caixeiro seu recrutado, que além de ser isento, “tinha dado por si um substituto”. O caixeiro de Malaquias Rogério, mesmo solicitando a sua condução à autoridade policial para comprovar isenção, acabou sendo enviado ao quartel da cidade.⁴⁸⁸ Alexandre R. de Souza, negociante em Jacareí, achando-se “ausente em sua fazenda” teve “sua loja invadida por uma força, a qual prendeu para recruta o único caixeiro” que possuía, ficando a loja “aberta e abandonada” no momento da prisão do caixeiro.⁴⁸⁹ A lei 602 de 19/09/1850, que dava nova organização a GN, em seu artigo 15, que

⁴⁸⁴ *Correio Paulistano*, São Paulo, 16/09/1867, p. 1. HDBN.

⁴⁸⁵ Sessão de Manuscritos, Guerra Vindos (1864-1866), caixa 47, ordem 7751, 05/03/1865, APESP.

⁴⁸⁶ *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 22/11/1866, p. 3, HDBN.

⁴⁸⁷ *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 29/12/1866, p. 3. HDBN.

⁴⁸⁸ *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 29/12/1866, p. 3. HDBN.

⁴⁸⁹ *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 23/04/1867, p. 3. HDBN.

tratava da dispensa do serviço ativo, rezava que “até três caixeiros de cada uma casa comercial nacional ou estrangeira, conforme a sua importância”,⁴⁹⁰ podiam ser dispensados do serviço ativo. Da mesma forma as Instruções de 1822 dispensava do recrutamento “nas casas de comércio de grosso trato três caixeiros, nas de segunda ordem dois, nas de pequena um”.⁴⁹¹ Como a legislação era sistematicamente desrespeitada, não causa estranhamento a observação feita “Ao Povo” por um missivista no *Diario de S. Paulo*, em dezembro de 1866:

Aqui, nesta cidade, apenas existem seis ou sete brasileiros empregados; os mais todos são estrangeiros. Por quê? Porque as casas comerciais têm medo de chamar para seus empregados os nacionais, visto como praticar o contrário é zelar pelos seus interesses. Os vadios, povo, abundam aí pelas ruas; mas, a escandalosa proteção também os acompanha. O governo acha que deve recrutar justamente os que trabalham. Anteontem, povo, de uma padaria foi arrancado um pobre moço para recrutar.⁴⁹²

Enquanto o *Correio Paulistano* mostrava preocupação com a “penúria” no abastecimento da cidade, ocasionada pela perseguição dos agentes recrutadores aos carroceiros que abasteciam a capital com suas pesadas e morosas carroças puxadas a bois, o *Diario de S. Paulo* se mostrava preocupado com a sua própria tipografia. Nesse caso, a ameaça de seus tipógrafos “operários guardas nacionais” serem designados para o serviço ativo da GN, que em tempos de guerra significava participar da caça aos recrutas ou marchar para o *front* em auxílio às tropas de linha. Para debelar essa ameaça o *Diario* pediu o apoio do *Correio*, tendo em vista que no seu concorrente “abundam guardas nacionais”. Na opinião do *Diario*, mesmo que os tipógrafos não possuísem isenção do serviço na GN e não se desejando “que as tipografias sejam refúgios de guardas”, era importante ser levando em consideração o interesse público, já que os periódicos seriam “propriedade do público, que não pode ser privado deles”. E também “como órgãos de publicidade, nos países livres como o nosso, prestam relevantes serviços e devem ter alguma garantia correlativa”.⁴⁹³ Se colocando como vítima, o *Diario* dizia que o Governo provincial utilizava todos os meios, “ainda os mais mesquinhos”, para encetar perseguição contra os que ousavam “profligar os seus

⁴⁹⁰ Disponível: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64284&norma=80189>. Acesso: 06/01/2017.

⁴⁹¹ *Collecção das Decisões do Governo do Império do Brazil em 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1887, p. 58.

⁴⁹² *Diario de S. Paulo*, São Paulo, 01/12/1866, p. 2. HDBN.

⁴⁹³ *Diario de S. Paulo*, São Paulo, 31/08/1865, p. 1. HDBN.

desmandos”. Ainda de acordo com o jornal, a administração da Província querendo “satisfazer o seu ódio contra os desprotegidos da fortuna, que ganham o pão com o seu honesto trabalho”, teria resolvido empregar agentes do recrutamento para vigiar a sua tipografia com a promessa de “recrutar os nossos tipógrafos e empregados”.⁴⁹⁴

Se tipógrafos chegaram a ser recrutados para os campos de batalha da guerra não encontrei maiores informações a respeito, porém outros trabalhadores do *Diario de S. Paulo* certamente foram: “Aos nossos assinantes. Pedimos desculpa aos senhores cujas mãos houvesse falta da entrega do nosso jornal. Os nossos entregadores foram também presos, e quem os substitui não tem ainda prática alguma”.⁴⁹⁵ Ao mencionar que os seus entregadores também haviam sido presos, o jornal estava se reportando a um fato ocorrido na capital três dias antes, em 18/11/1866, quando a pretexto de uma revista ao quartel da GN pelo presidente Tavares Bastos, numa espécie de emboscada montada para o cumprimento das cotas de soldados, vários guardas nacionais foram trancafiados no quartel da instituição. O episódio, que gerou várias críticas do *Diario* e de leitores que se manifestaram em suas páginas, teve início quando naquele dia “às 7 horas da manhã começavam, confiados nas leis, os guardas a se reunirem no quartel [...] trezentos mais ou menos.” A partir daí, prossegue o jornal, Tavares Bastos chegou às duas horas da tarde para a revista, saindo uma hora e pouco depois, momento em que “as portas do quartel foram trancadas”. Ato contínuo “começou a funcionar pró-forma o conselho de designação”. Usando de retórica o articulista comparou os guardas aquartelados aos escravizados: “Ide, míseros cativos, ide mostrar ao déspota do Paraguai que também levais na frente o estigma de escravos”.⁴⁹⁶ Na edição do dia 20/11, foi relatado que no mesmo dia do aquartelamento surpresa dos guardas nacionais:

[...] muitas dezenas de supostos *designados*, alguns casados e com filhos, forçaram o portão do quartel e saíram; fizeram o que o instinto lhes aconselhara, porque sua *designação* e também, sobretudo sua *retenção* no quartel, *sem alimentação alguma* durante o dia inteiro, eram ilegais, e ninguém é obrigado a respeitar ordens ilegais, neste país constitucional. A população está sobressaltada; e o povo lá existia, ainda ontem, até a última hora, aglomerado nas imediações do quartel! As mulheres fazem extenso cortejo a manifestação; e é mau agouro para os movimentos populares. [...] Diz-se que a guarda do quartel está com armas embaladas; mas, o povo continua aglomerado, e desarmado, sem receio algum, porque confia no seu direito.

⁴⁹⁴ *Diario de S. Paulo*, São Paulo, 26/09/1867, p. 2, 3. HDBN.

⁴⁹⁵ *Diario de S. Paulo*, São Paulo, 21/11/1866, p. 3. HDBN.

⁴⁹⁶ *Diario de S. Paulo*, São Paulo, 22/11/1866, p. 2. HDBN.

Enquanto assim proceder, não haverá homem algum que não aplauda suas justas manifestações.⁴⁹⁷

Três dias depois, em 21/11, os familiares dos aquartelados continuavam sobressaltados e aglomerados nas redondezas do quartel da GN, levando o *Diario* a imaginar que era esperado “uma manifestação popular a cada momento”. Entre eles se encontravam “infelizes mães e desgraçadas mulheres, e abandonadas filhas” que percorriam as ruas da capital “suplicando o auxílio de quem quer que seja”, ao mesmo tempo em que a rua do quartel era mantida “interceptada a comunicação da população, por guardas a pé e a cavalo”. Nesse recrutamento de “pais de família” arquitetado pela administração da Província, que teria feito familiares desamparados chorarem “inconsoláveis a perda do único ente que lhes servia de sustentáculo”, Tavares Bastos “que não precisa trabalhar como fazem quase todos esses desgraçados encarcerados”, não teria poupado nem mesmo os músicos da GN. Entre outras coisas, o presidente estava sendo acusado de querer “ganhar coroas de louros designando os pobres músicos isentos por lei, empregados públicos e pais de família”.⁴⁹⁸

Grupo que também sofreu com a rede do recrutamento foi o dos trabalhadores da São Paulo Railway (SPR), primeira ferrovia construída na Província (1860-1867), de propriedade inglesa. Grande empregador de mão de obra no período, a SPR teve muitos operários designados e recrutados durante a Guerra do Paraguai. O decreto 1.759 de 26/04/1856, que autorizou a construção de uma linha férrea entre Santos e Jundiaí, dava isenção do recrutamento/designação aos trabalhadores brasileiros da construção e da operação da estrada de ferro. Todavia, tanto uns como outros foram submetidos à perseguição dos agentes recrutadores no perímetro da linha ou fora dele. Em dezembro de 1866, o *Diario de S. Paulo* informava que “diversos trabalhadores dessa estrada têm sido ultimamente presos

⁴⁹⁷ *Diario de S. Paulo*, São Paulo, 20/11/1866, p. 3. HDBN.

⁴⁹⁸ *Diario de S. Paulo*, São Paulo, 22/11/1866, p. 2, 3. HDBN. Ao passo que o *Diario de S. Paulo* criticou a ação do presidente da Província, o *Correio Paulistano*, que mantinha estreitos laços econômicos com o Governo provincial, teceu elogios. Fato que certamente desagradou às famílias dos aquartelados, como se percebe nessa nota publicada no *Diario*, no mesmo dia 22/11: “Dizem que não há soldados para guardas e patrulhas; entretanto, anteontem a tipografia do *Correio* teve uma guarnição de oito praças, com armas embaladas, e mais cinco cartuchos cada uma! Ah! Que consciência a do *Correio*. Que medo do povo! Um designado”. Sobre a relação do *Correio Paulistano* com o Governo provincial: SCHWARCZ. Lilia. Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

para recrutas. Consta-nos que apesar das reclamações do engenheiro da companhia esses trabalhadores ainda não foram soltos”.⁴⁹⁹

Em outubro de 1867, uma notícia no mesmo jornal dava conta que quatro trabalhadores da SPR haviam sido recrutados por autoridades da Freguesia do Ó “dentro da linha e no interior da própria casa da companhia”. Esse fato levou o superintendente Aubertin observar junto ao presidente da Província que os trabalhadores da estrada de ferro “estão isentos do recrutamento enquanto estiverem em serviço da companhia, quer dentro da linha férrea, quer fora dela”. Os operários recrutados, Antonio Neves, 28 anos de idade, empregado há cinco anos na ferrovia; João Manoel Bueno, com mais de 40, um ano empregado; Pedro Pereira, com 30 e Manoel, com 32, dois anos empregado na ferrovia, acabaram partindo “para a guerra com ciência do próprio sr. Aubertin e partiram depois de terem apresentado ao governo os documentos assinados pelo próprio sr. Aubertin, com os quais provavam terem direito a isenção infalível da declaração do próprio Aubertin”.⁵⁰⁰

Caso de recrutamento que beira o surreal, entre tantos outros que teve lugar na ferrovia, bem ilustrativo da sanha dos agentes recrutadores que se abateu sobre os trabalhadores da SPR, aconteceu em maio de 1867, quando um empregado foi literalmente apanhado como uma presa. Isso no momento mesmo em que desempenhava suas atividades:

Anteontem, por ocasião de passar um dos trens da estrada de ferro em um dos pontos da linha que estava em obras, saiu um dos trabalhadores com uma bandeira de sinal para colocar na linha a alguma distância, a fim de prevenir o maquinista do trem que estava a chegar que não prosseguisse, por estar à linha obstruída; a alguns passos, saltou-lhe uma escolta que estava oculta em um barranco, e recrutou-o, ficando assim o trem exposto ao maior risco.⁵⁰¹

Recrutamento de trabalhadores da esfera pública

Se a ferrovia, enquanto empresa particular teve vários trabalhadores recrutados e designados ilegalmente, estabelecimentos públicos também tiveram funcionários com isenções legais recrutados e principalmente, destacados para a GN, nesse período. Esse foi o

⁴⁹⁹ *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 15/12/1866, p. 3. HDBN. Em minha dissertação dedico um capítulo ao recrutamento de trabalhadores da SPR. ANDRADE. Paulo Rodrigues de. “*As Aglomerações de Homens de Todas as Classes*”: trabalhadores escravos e livres, brasileiros e imigrantes na construção e início da operação da São Paulo Railway (1860-1872). 2016. 247 f. (Dissertação de Mestrado). EFLCH-Unifesp. Guarulhos. 2016.

⁵⁰⁰ *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 12/10/1867, p. 3. HDBN.

⁵⁰¹ *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 12/05/1867, p. 3. HDBN.

caso, por exemplo, de trabalhadores do serviço postal do Império, sendo que “todos os Empregados das Repartições (Correio Geral), e mais pessoas ocupadas no serviço dos mesmos serão isentos do recrutamento, e do serviço da Guarda Nacional”. Assim estipulava o artigo 73 do decreto 399 de 21/12/1844,⁵⁰² conforme observou o administrador provincial do Correio Geral em outubro 1867, ao comunicar ao presidente que tinha “sido recrutado o ajudante do Agente do Correio de Jacareí, Henrique Antonio”, solicitando a sua excelência a imediata soltura daquele trabalhador.⁵⁰³ Quase um ano antes, em dezembro de 1866, foi o agente do correio da vila de São Bento que participou ao administrador provincial do Correio Geral que o estafeta Francisco Vieira dos Santos, apenas depois de “ter prestado um mês de serviço”, acabou “preso como designado sem nunca ser Guarda Nacional e ser casado e ter duas filhas”. Francisco, após mal ter começado a trabalhar como estafeta e ser designado ao arrepio da lei, de repente estava preso na capital, o que era motivo de transtorno não só para ele e sua família, como também para o serviço postal daquela vila. Conforme relatava o agente do correio ao seu superior: “acha-se esta agência com bastante dificuldade de ter estafeta”.⁵⁰⁴ Possivelmente, a dificuldade na obtenção de um estafeta para a entrega das correspondências tinha a ver com o fato de que naquela atividade, assim como no caso dos carroceiros, eles estavam em constante movimentação pelas ruas das cidades e, conseqüentemente, naquele contexto conturbado de guerra, mais expostos as garras dos agentes do recrutamento.

O também agente do correio da cidade de Mogi Mirim, em novembro de 1865, informou ao administrador do Correio Geral de São Paulo que outro estafeta, Antonio Mendes de Moraes havia sido “designado como Guarda Nacional para seguir a essa Capital a fim de destacar na Fronteira”. Lançando mão do decreto 399 de 1844, o agente do correio enviou ofício ao comandante superior da GN solicitando a dispensa de Antonio. Não sendo atendido e percebendo o risco de seu estafeta marchar para a guerra “se não vier ordem em contrário”, o agente solicitou ao seu superior que levasse o fato ao conhecimento do presidente da Província, para “ver se o dito Estafeta fica isento desse serviço, pois do contrário não acharei quem queira servir visto estarem sujeitos a qualquer hora serem chamados”. Era uma

⁵⁰² Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-399-21-dezembro-1844-560790-publicacaooriginal-83974-pe.html>. Acesso: 28/04/2016.

⁵⁰³ Ofícios Diversos, Empregado, 07/10/1867. Disponível: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/oficios_diversos (doravante APESP-RD). Acesso: 15-16/11/2016.

⁵⁰⁴ Ofícios Diversos, Espécie: Ofício, 05/01/1867. APESP-RD.

tentativa desesperada do agente postal de Mogi Mirim de “não ficarem interrompidas as comunicações do Correio”.⁵⁰⁵ Nesta passagem resta explícito os riscos a que os estafetas, no desempenho de suas funções, corriam de serem destacados. E de como as relações de trabalho eram afetadas pelo recrutamento para a Guerra do Paraguai.

Se nas “circunstâncias anormais” e de “recrutamento infrene” em que o Brasil se encontrava, com vários trabalhadores envolvidos em atividades privadas sendo recrutados a contrapelo da lei, nas atividades de caráter público e nos estabelecimentos públicos da Província, não apenas os servidores do Correio Geral viram pairar sobre suas cabeças a espada de Dâmocles da guerra. Em fevereiro de 1867, o então diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, Vicente Pires da Motta solicitou ao presidente Tavares Bastos que “sem prejuízo do serviço público” fossem dispensados “do serviço do quartel” o contínuo Francisco Ignacio Alves de Siqueira e o servente Benedicto Antonio da Motta, ambos empregados daquela instituição formadora de bacharéis.⁵⁰⁶ Poucos meses antes, já tentando a dispensa da GN ao contínuo da Faculdade, Pires da Motta buscando sensibilizar Tavares Bastos para a sua demanda e do seu empregado, observou que Francisco “designado para marchar para a guerra” era “um bom empregado”.⁵⁰⁷ Ele não foi o único contínuo da Faculdade ameaçado de seguir para o *front*: “Havendo falta de empregados nesta Faculdade, rogo a Vossa Excelência se digne determinar que o contínuo Ignacio Placido da Silva seja dispensado do destacamento do dia 1º de Agosto, próximo futuro, para o qual já foi avisado”.⁵⁰⁸

Entretanto, se o recrutamento de um trabalhador da Faculdade de Direito era algo mais localizado que não traria maiores transtornos para a comunidade local, o mesmo não pode ser dito quando se trata da justiça. Em novembro de 1866, o Juízo de Paz da Freguesia da Sé informou ao Governo provincial que o escrivão José Moreira havia sido convocado “para aquartelar como Guarda Nacional”, mesmo isso sendo um “ato contrário a lei”. Destarte, o juiz Joaquim Augusto de Camargo pediu a dispensa do escrivão e que o mesmo fosse “inscrito na classe que lhe compete”. Como seria de deduzir, observou o juiz que a “ausência desse escrivão é mui sensível a este juízo”.⁵⁰⁹ Outro episódio, sem a mesma gravidade ao serviço

⁵⁰⁵ Ofícios Diversos, Espécie: Ofício, 28/11/1865. APESP-RD.

⁵⁰⁶ Ofícios Diversos, Faculdade de Direito, 04/02/1867. APESP-RD.

⁵⁰⁷ Ofícios Diversos, Faculdade de Direito, 19/11/1866. APESP-RD.

⁵⁰⁸ Ofícios Diversos, Destacamento, 30/07/1866. APESP-RD.

⁵⁰⁹ Ofícios Diversos, Espécie: Ofício, 15/11/1866. APESP-RD.

público como a designação de um servidor da justiça, porém, sem deixar de ter consequências danosas, ocorreu com o mestre alfaiate do Seminário de Educandos, Jezuino Martins de Almeida, “avisado para destacar como Guarda Nacional (1º Batalhão, 3ª Companhia) do 1º de Janeiro futuro (1866) em diante”. Como acontecia com os demais estabelecimentos públicos, o desfalque do trabalhador acarretaria enormes contratempos, mais ainda em se tratando de um ofício especializado. O diretor do Seminário, Luiz Nicoláo Varella argumentou junto ao presidente da Província que a ausência do alfaiate seria “muito sensível principalmente agora que se está trabalhando na manufatura de roupas para os educandos, que se ressentido da falta quase absoluta delas importando a sua ausência fechar-se a oficina”. Por conta disso, o diretor além de solicitar a dispensa do mestre alfaiate, também pediu que ele fosse “considerado guarda da reserva enquanto aqui estiver empregado”.⁵¹⁰ Jezuino havia se retirado do seminário de educação de meninos órfãos, porém, tendo voltado atrás em sua decisão contou com a anuência de Nicoláo Varella, que em correspondência com o presidente João da Silva Carrão, pediu “a confirmação deste engajamento”, apontando que o mestre alfaiate era “bom oficial de seu ofício, cumpre os seus deveres e tem bom comportamento”.⁵¹¹ Talvez ao ser readmitido no Seminário, para seu infortúnio, Jezuino não imaginasse que seria destacado para a GN.

Na “era dos melhoramentos materiais” que teve lugar na capital da Província a partir da segunda metade do século XIX, várias obras públicas foram encetadas e diversos estabelecimentos públicos foram criados. Os estabelecimentos públicos administrados pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), como o Matadouro Público (1849-53), o Mercado Municipal/Praça do Mercado (1865-67), o Cemitério Público (1855-58) e a Caixa d’Água (1857),⁵¹² também tiveram funcionários destacados para a GN. Isso pode ser visto nas atas da CMSP e através de ofícios trocados entre as autoridades municipais e provinciais. Exemplo disso ocorreu em setembro de 1865, quando a CMSP recebeu pedido do administrador do Cemitério para que providenciasse com o Governo provincial a dispensa da GN dos coveiros Fortunato Antonio Peixoto e Justino Francisco Rodrigues. Para reforçar seu pedido, o

⁵¹⁰ Ofícios Diversos, Destacamento, 22/12/1865. APESP-RD.

⁵¹¹ Ofícios Diversos, Seminário, 25/10/1865. APESP-RD.

⁵¹² CAMPOS. Eudes. “A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiaes: obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 15 n. 1, jan-jun 2007, p. 11-114. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000100002. Acesso: 21/10/2016.

administrador frisou “a dificuldade de encontrar quem se queira prestar a este trabalho; sendo tais indivíduos casados, e com filhos, e por isso na 4ª classe dos classificados”.⁵¹³

Na “Maldita Guerra” até mesmo os coveiros poderiam ser recrutados. Era assim, inacreditavelmente, que em sessão de 05/09/1865, veio à tona o clamor do administrador do Cemitério Público à edilidade, para através do presidente da Província, obter a dispensa da GN aos mencionados sepultadores. Em 16/09, a CMSP enviou ofício assinado por seu presidente e mais quatro vereadores a João da Silva Carrão rogando ratificação de ordens que tinham sido transmitidas ao comandante do 2º Batalhão da GN da capital, com relação à desoneração de Fortunato e Justino do serviço ativo “enquanto empregados em aquele trabalho” do Cemitério. Medida essa que evitaria “grande transtorno” à necrópole paulistana “por ser difícil encontrar-se com prontidão e efetividade quem semelhantes trabalhos se queiram prestar”.⁵¹⁴ No caso do ofício de coveiro, além a dificuldade de reposição dessa mão de obra, por ser um emprego que não atraia muitos interessados - como se depreende das palavras do administrador - ainda existia, mesmo numa importante atividade de profilaxia social e do caráter sagrado envolvido, o risco do destacamento.

Na mesma sessão de 05/09/1865 da CMSP, ficamos sabendo que outra instalação municipal teve funcionários designados para a GN, o Matadouro Público. Assim, veio a lume um ofício onde o veterinário informou ter sido “avisado para o serviço da Guarda Nacional, bem como o Caseiro do Matadouro”.⁵¹⁵ Da mesma maneira, no dia 16/09, o presidente da CMSP, Antonio José Osorio Fonseca e os mesmo quatro vereadores que tinham assinado o pedido da dispensa dos coveiros, solicitavam agora ao Governo local as liberações do destacamento em favor do veterinário, convocado “para se apresentar fardado” e do caseiro.⁵¹⁶ Dez dias depois, a CMSP notificou que os empregados do Matadouro, José Bressane Leite (veterinário) e Firmino Antonio Rodrigues Passos (caseiro), bem como os coveiros do Cemitério, “enquanto se acharem empregados em aquele mister” estavam dispensados da

⁵¹³ *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo* (doravante ACMSP), 1865, p. 252, 253. Disponível: www.camara.sp.gov.br/memoria/atas-e-anais-da-camara-municipal-2. Acesso: 11-15/10/2016. O artigo 121 da lei 602 de 19/09/1850 estabelecia a seguinte ordem de classificação para o serviço ativo na GN: 1º os solteiros; 2º os viúvos sem filhos; 3º os casados sem filho; 4º os casados com filho; 5º os viúvos com filho. <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64284&norma=80189>. Acesso: 06/01/2017.

⁵¹⁴ Ofícios Diversos, Espécie: Ofício, 16/09/1865. APESP-RD.

⁵¹⁵ ACMSP, 1865, p. 253.

⁵¹⁶ Ofícios Diversos, Espécie: Ofício, 16/10/1865 (data que consta no site). APESP-RD.

GN.⁵¹⁷ Entretanto, no caso dos funcionários do Matadouro ocorreram novos desdobramentos. Em janeiro de 1866, o comandante do 1º Batalhão da GN da capital endereçou ofício ao comandante superior, retransmitido ao presidente da Província, alegando que com relação ao veterinário, por ele ser empregado da CMSP era “razoável” a sua dispensa da Guarda. Porém, em se tratando do caseiro a questão era outra, já que ele seria “empregado particular” do veterinário, “pois até os vencimentos que tem são pagos particularmente por aquele empregado público”. Dessa forma, a dispensa do caseiro só se daria “por equidade de Vossa Senhoria, mas não como empregado da Câmara”. Após essa asseveração, o comandante do 1º Batalhão observou que o comando superior tinha ciência “que o fato de ser empregado público, nem sempre isenta aqueles que são” da prestação de serviço na GN. E acrescentou que o caseiro “no destacamento passado já reclamou a sua dispensa por esse mesmo fato, e não tendo obtido, fez o serviço que lhe tocou”.⁵¹⁸

Uma nova personagem surge nessa história. Em apoio à demanda do caseiro, Bellegarde, secretário da 3ª Seção do Governo, informou que “na lei das câmaras em vigor [...] o veterinário deve servir de caseiro”. Destarte, o secretário ponderou que a manutenção da dispensa da GN aos funcionários do Matadouro cabia ao presidente da Província.⁵¹⁹ O próprio regulamento do Matadouro, no seu artigo 14º, ia à contramão da alegação do comandante do 1º Batalhão da GN: “A Câmara nomeará um caseiro para o matadouro que não poderá ser marchante, o qual receberá o salário marcado na lei do orçamento municipal”. Sendo que uma das suas atribuições era “participar semanalmente ao presidente da Câmara se o médico ou quem suas vezes fizer, têm comparecido todos os dias, ou caso falte quais são os dias”.⁵²⁰ O caseiro Firmino trabalhava no Matadouro a mais de dois anos. Na sessão de 03/06/1863, o veterinário enviou ofício a CMSP propondo a nomeação de Firmino em substituição a outro empregado exonerado, tendo sua proposta aprovada.⁵²¹ Em meados de 1868, após José Bressane se ausentar de suas funções de médico veterinário por dois meses, estando “empregado em uma olaria”, a CMSP em parecer de 14/07/1868, achou por bem exonerá-lo

⁵¹⁷ ACMSP, 1865, p. 255.

⁵¹⁸ Ofícios Diversos, Espécie: Ofício, 07/01/1866. APESP-RD.

⁵¹⁹ Ofícios Diversos, Espécie: Ofício, 18/01/1866. APESP-RD.

⁵²⁰ Regulamento do Matadouro Público da cidade de São Paulo de 31 de Agosto de 1858, E01720, APESP, apud: GIORDANO, Carolina Celestino. *Ações Sanitárias na Imperial Cidade de São Paulo: Mercados e Matadouros*. 2006. 218 f. (Dissertação de Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/PUC- Campinas. 2006, p. 183.

⁵²¹ ACMSP, 1863, p. 174.

e nomear em sua função Firmino, visto que possuía as “habilitações precisas” e já vinha desempenhando as funções inerentes ao cargo de veterinário.⁵²² Mas a sua nomeação ao novo posto não pôs fim a ameaça do destacamento. Poucos meses após a investidura no novo cargo, os vereadores trataram novamente com o Governo provincial sobre a liberação de Firmino da GN. Eles ressaltaram a “falta absoluta que fará o dito veterinário desde que for distraído para o serviço da Guarda Nacional”, tendo em vista que era o “único empregado que ali existe para zelar do serviço e fiscalizar o modo por que é feito a matança das reses”. T tamanha responsabilidade depositada nas costas de um único servidor, inspecionar a qualidade da carne consumida pela população da capital e seus arrabaldes, numa atividade que envolvia questão de saúde pública, fez a CMSP chamar atenção da administração da Província para “os males que podem vir da falta de quem se incumba de tal mister, e do muito que poderá com isso sofrer o público”.⁵²³ Todavia, o apelo não sensibilizou o comando da GN, mais preocupado naquela contexto de conflito armando em arrolar homens do que se ater com considerações de serviços voltado ao público. Dessa forma, o comandante do Quartel Superior da Capital informou ao presidente “que se achando a Guarda Nacional inteiramente desfalcada me parece não ter lugar o que solicita a Câmara, mesmo porque, o empregado, a que ela se refere, tem o direito de dar substituto, quando seja chamado para fazer serviço”.⁵²⁴ “Dar substituto” era uma força de expressão, os jornais estavam abarrotados de anúncios de oferta e procura de substitutos. Neles existiam escravos que eram oferecidos para substituir designados e recrutados por um conto e trezentos/quatrocentos/quinhentos/seiscentos reis.⁵²⁵

Desde a época de caseiro a rotina de Firmino parecia ser o revezamento entre a GN e o Matadouro. Talvez ele não dispusesse de recursos suficientes para pagar a taxa de isenção

⁵²² ACMSP, 1868, p. 107.

⁵²³ Ofícios Diversos, Câmara Municipal, 20/10/1868. APESP-RD.

⁵²⁴ Ofícios Diversos, Câmara Municipal, 28/09/1868 (no site 05/09/1868), APESP-RD.

⁵²⁵ *Correio Paulistano*, São Paulo, 22/05/1867, p. 3; *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 20/12/1866, p. 4, 29/03/1867, p. 3, 23/05/1867, p. 4. HDBN. O artigo 1º do decreto 3.513 de 12/09/1865 rezava: “O cidadão Guarda Nacional, que por si apresentar outra pessoa para o serviço do Exército por tempo de nove anos, com a idoneidade regulada pelas Leis Militares, ficará isento não só do recrutamento senão também da Guarda Nacional”. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3513-12-setembro-1865-554871-publicacaooriginal-73826-pe.html>. Acesso: 11/04/2017.

ao Governo (600\$000),⁵²⁶ muito menos para poder oferecer um substituto em seu lugar. Afinal, o ordenado de veterinário do Matadouro Público não devia ser muito atraente, talvez por isso o seu antecessor, José Bressane, trocou o emprego no Matadouro por uma olaria. Com perdão do trocadilho, até onde pude seguir os passos de Firmino Passos, setembro de 1868, ele tinha conseguido se manter longe dos campos de batalha, destino que milhares de outros guardas nacionais não conseguiram evitar.

O problema da designação de funcionários de estabelecimentos públicos municipais atingia cargos de diferentes níveis. Em 28/01/1868, o administrador da Praça do Mercado enviou pedido para que a CMSP solicitasse ao presidente da Província, dispensa da GN em seu favor, “visto como, atenta a minha ocupação aqui na Praça, me é impossível bem servir, e a minha licença se finda a 10 do mês próximo futuro”. O administrador do Mercado Público era certo capitão Jezuíno de Oliveira Mendes, que dias depois, em 14 de fevereiro teve atendido seu pedido de liberação da GN.⁵²⁷ Na sessão de 18/02/1869, o vereador Joaquim Alves da Silva propôs encaminhar ofício ao Governo visando à dispensa da GN em favor do zelador da Caixa d’Água, João Baptista de Araujo, que tinha sido “chamado para o serviço da dita guarda, o que prejudica o serviço público”.⁵²⁸ Proposição que, evidentemente, foi acatada pela edilidade. Afinal de contas, a tarefa daquele zelador era de “suma necessidade, e que se trata da conservação e limpeza da Caixa d’Água, objeto já tão escasso nesta cidade”.⁵²⁹

Durante o período da Guerra do Paraguai os vereadores da CMSP se viram inúmeras vezes obrigados a solicitar ao Governo provincial, dispensa do destacamento na GN para vários trabalhadores empregados nos estabelecimentos públicos sob sua administração. Caso não agissem assim, muitos embaraços poderiam ser causados as finanças públicas, como no caso do administrador do Mercado Público, responsável pela cobrança de alugueis dos comerciantes com lojas instaladas ali. E muitos transtornos aos serviços públicos e aos municípios poderiam ser gerados. Se o Mercado não podia prescindir do seu administrador, muito mais graves eram os casos da Caixa d’Água, que não podia ficar sem seu zelador, e do Matadouro que não podia ficar sem seu veterinário. A água e a carne que eram consumidas

⁵²⁶ *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 06/01/1867, p. 3. HDBN. Uma nota no jornal informava que entre 1864-1866, na Província, houve a substituição de 216 homens pela taxa de 600\$000, perfazendo um total de 129:600\$000 ao cofre do Estado imperial.

⁵²⁷ ACMSP, 1868, p. 23, 36, 37.

⁵²⁸ ACMSP, 1869, p. 71.

⁵²⁹ ACMSP, 1863, p. 222.

pela população necessitavam de constante fiscalização e cuidados. Tampouco o Cemitério podia abrir mão dos coveiros que faziam os sepultamentos naquelas paragens.

Funcionários envolvidos diretamente com a saúde pública e que também sofreram ameaças de recrutamento/designação foram os comissários vacinadores, agentes atrelados ao Governo provincial que tinham a incumbência de combater as epidemias que grassavam naquele período. Exemplo disso se deu com o comissário vacinador da vila de Casa Branca, Antonio Nicacio da Silva, no final de 1866. O comissário vacinador provincial Salvador Machado de Oliveira enviou requerimento de Nicacio da Silva, no qual pedia ao presidente Tavares Bastos isenção da GN “na forma da Lei”, argumentando “que o suplicante cumpre os deveres do cargo de comissário vacinador”.⁵³⁰ Mais uma vez, quem apareceu com justificativa legal a favor de outro servidor público destacado irregularmente, foi o secretário da 3ª Seção do Governo. Citando o decreto 464 de 17/08/1864, que teria sido recomendado por um aviso do Ministério da Justiça de 15/07/1852, Bellegarde explicitou que o artigo 7º do mencionado decreto “mandou dispensar de todo o serviço da Guarda Nacional os comissários vacinadores municipais e paróquias”.⁵³¹

Se o comissário vacinador de Casa Branca estava tentando isenção da GN, outro colega de profissão, poucos dias antes, ao que parece acabou sendo apanhado pela rede do recrutamento. De acordo com o que foi divulgado no *Diario de S. Paulo*, “o chefe de polícia recrutou na mesma secretária um cidadão que fora buscar um passaporte a fim de fazer viagem no interior”. A fonte do jornal afirmou que o indivíduo recrutado “era vacinador em uma localidade próxima desta capital, e que estava dispensado, até por ordem ministerial, de servir na guarda nacional”. O informante disse ainda que o comissário vacinador “imediatamente se lhe assentará praça, impedindo-se que ele justificasse isenções”. O periódico ponderou que se os fatos fossem exatos, seria “para lastimar-se que o chefe de polícia queira ostentar tendências violentas e impróprias de um caráter são como ainda o consideramos”.⁵³² O fato do comissário vacinador, possivelmente, ter sido recrutado dentro da Secretaria de Polícia quando foi retirar um passaporte, indica a que ponto chegou à caçada humana, simbolizando o poder discricionário que os encarregados do recrutamento

⁵³⁰ Ofícios Diversos, Espécie: Ofício, 10/12/1866. APESP-RD.

⁵³¹ Ofícios Diversos, Espécie: Ofício, 13/12/1866. APESP-RD.

⁵³² *Diario de S. Paulo*, São Paulo, 17/11/1866, p. 3. HDBN.

dispunham. Como observou Fábio Mendes, se por um lado os agentes recrutadores não respeitavam as isenções legais, por outro eles também se aproveitavam do poder de “fazer soldados” para faturar com uma espécie de comércio de isenções.⁵³³

Naquele “mundo hobbesiano”, na expressão de Fábio Mendes, onde os recrutadores usavam “todas as ocasiões e pretextos possíveis para recrutar”,⁵³⁴ contar com um protetor para se livrar da guerra era o desejo de muitos. Se esse protetor fosse uma autoridade integrante da rede do recrutamento, tanto melhor. O subdelegado de polícia da Freguesia da Penha, Beraldo Marcondes, ao tentar aliviar a barra de um provável apadrinhado, Britabaldo Francisco Pereira, através da sua colocação em algum cargo público, buscando mantê-lo livre de um possível destacamento, parece um exemplo disso. Em correspondência com o presidente da Província, em fevereiro de 1866, Beraldo Marcondes propôs a nomeação de Britabaldo para a função de “zelador da ponte grande na estrada para Santa Isabel”. Como informou o subdelegado, Britabaldo (nome peculiar mesmo para a época) aceitou “este cargo para ser dispensado do serviço ativo da Guarda Nacional”. Dessa maneira, a autoridade policial rogou para que o desejo do seu apadrinhado fosse atendido, sendo ele liberado da GN.⁵³⁵ Todavia, se Britabaldo chegou a ser alçado a zelador da Ponte Grande, não deve ter durado muito tempo no cargo. Entretanto, sete meses depois, o subdelegado da Penha entrou em ação novamente. Utilizando sua rede de contatos dentro do Governo provincial, Beraldo Marcondes tentou recolocar seu protegido em outro cargo público, totalmente distinto do anterior. Desta feita, se valendo de uma epidemia de bexiga que grassava perto da capital, endereçou seu pedido a Salvador Machado de Oliveira, comissário vacinador da Província:

A epidemia das bexigas invadiu o Distrito vizinho de Itaquaquecetuba, e ameaça também este distrito, portanto cumpre dar algumas providências para evitar se não todo mal, ao menos que não faça maior número de vítimas. Entre outras providências, a principal deve ser a nomeação de um vacinador, e neste Distrito não encontro outra pessoa mais habilitada para desempenhar este cargo, e fazer um benefício eficaz, se não o cidadão Britabaldo Francisco Pereira, e portanto eu o proponho a Vossa Senhoria para servir o dito cargo, porém este cidadão é guarda nacional do serviço ativo de quarta classe, está pronto a prestar-se, e somente exige ser dispensado do referido serviço, o que me parece digno de ser atendido, visto que não tem de receber dinheiro dos cofres Públicos, e com o benefício que se propõe a fazer vai preservar da morte à muitas vidas.⁵³⁶

⁵³³ MENDES, op. cit., p. 89.

⁵³⁴ Ibidem, p. 72.

⁵³⁵ Ofícios Diversos, Espécie: Ofício, 21/02/1866. APESP-RD.

⁵³⁶ Ofícios Diversos, Comissário vacinador, 12/09/1866. APESP-RD.

Britabaldo parecia ser um sujeito *sui generis* não apenas no nome que carregava, como também em sua desenvoltura profissional, afinal de contas zelar uma ponte não era a mesma coisa que aplicar vacina nas pessoas. Para além de fatores de ordem econômica e humanitária, o objetivo maior dele, o mesmo de tantos outros trabalhadores contemporâneos, era tentar evitar o risco de recrutamento/designação para a guerra. Muito embora, naquele contexto estar sob o abrigo de um cargo público, mesmo que esse oferecesse isenção legal, não era garantia que esse risco estivesse totalmente debelado. O que vimos aqui corrobora essa assertiva.

Considerações finais

Mário Maesti salientou que “a única oposição efetiva” contra o recrutamento forçado à Guerra do Paraguai partiu “das classes subalternas”, que fizeram de tudo que estava ao alcance “para não terminar como bucha de canhão em briga que não sentiam como sua”.⁵³⁷ Entre os integrantes das camadas subalternas que resistiram como puderam às caçadas humanas, muitos eram trabalhadores. Partindo do caso de São Paulo, nota-se que a busca desenfreada por recrutas acabou alcançando trabalhadores livres de diversas categorias e ofícios, independentemente do fato de muitos deles possuírem isenção legal do recrutamento para o Exército e da designação para a Guarda Nacional. Destarte, as relações de trabalho livre, tanto na esfera pública como na esfera privada, foram atingidas pelos reflexos do maior conflito armado da América do Sul, afetando a vida de inúmeros trabalhadores, familiares e em maior ou menor número, da sociedade em que estavam inseridos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE. Paulo Rodrigues de. “*As Aglomerações de Homens de Todas as Classes*”: trabalhadores escravos e livres, brasileiros e imigrantes na construção e início da operação da São Paulo Railway (1860-1872). 2016. 247 f. (Dissertação de Mestrado). EFLCH-Unifesp. Guarulhos. 2016.

BALABAN. Marcelo. “‘Voluntários Involuntários’: o recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2, 2009, p. 221-256. Disponível:

⁵³⁷ MAESTRI. Mário. *A Guerra no Papel: História e Historiografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH-UPF. 2013, p. 16, 232.

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p221>. Acesso: 05/06/2015.

CAMPOS. Eudes. “A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiais: obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 15 n. 1, jan-jun 2007, p. 11-114.

CARVALHO. José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

COSTA. Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Unicamp 1996.

DORATIOTO. Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

GIORDANO. Carolina Celestino. *Ações Sanitárias na Imperial Cidade de São Paulo: Mercados e Matadouros*. 2006. 218 p (Dissertação de Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/PUC-Campinas. 2006.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. Organização Fernando Antonio Novais. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

IZECKSOHN. Vitor. “O Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”, in: CASTRO. Celso; IZECKSOHN. Vitor; KRAAY. Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

IZECKSOHN. Vitor. “O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo”. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro. V. 11, n. 21, 2015, 96-110. Disponível: http://www.revistanavigator.com.br/navig21/dossie/N21_dossie7.pdf. Acesso: 16/01/2017.

IZECKSOHN. Vitor e MUGGE. Miquéias Henrique. “A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867)”. *Rev. Bras. Hist.* São Paulo, v. 36, n. 73, set-dez 2016, p. 183-207. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820160003&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 18/01/2017.

KRAAY. Hendrik. “Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial”. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 1, 1999, p. 113-151. Disponível: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=291>. Acesso: 05/06/2015.

MAESTRI. Mário. *A Guerra no Papel: História e Historiografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH-UPF. 2013.

MENDES. Fábio Faria. *Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm. 2010.

SCHWARCZ. Lília. Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

SOUSA. Jorge Prata. *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA. 1996.

Fontes

Atas da Câmara da Cidade de São Paulo. Câmara Municipal de São Paulo. www.camara.sp.gov.br/memoria/atas-e-anais-da-camara-municipal-2.

Collecção das Decisões do Governo do Império do Brazil em 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1887.

Correio Paulistano, São Paulo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Correspondência com Delegados - Subdelegados (1862-1865). Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Correspondência com Delegados - Subdelegados (1865-1866). Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Diário de S. Paulo, São Paulo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

EGAS. Eugenio. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo, Período Monarchico, 1822-1889*. V. 1. São Paulo: Publicação Oficial do Estado de São Paulo. 1926.

Ofícios Diversos. Arquivo Público do Estado de São Paulo: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/oficios_diversos.

Sessão de Manuscritos, Guerra Vindos (1864-1866). Arquivo Público do Estado de São Paulo.

**Recebido em 20 de janeiro de 2017.
Aprovado em 04 de junho de 2017.**